

FACES DO DEBATE SOBRE NÃO-BINARIEDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: trajetos de sentido em narrativas de influenciadores juvenis¹

FACES OF THE DEBATE ON NON-BINARY IN CONTEMPORARY BRAZIL: paths of meaning in narratives of youth influencers

Rose de Melo Rocha²
Gabriela Cleveston Gelain³

Resumo: Abordamos neste artigo o debate sobre não-binariedade no Brasil a partir de um contexto midiático e ativista. Tendo como perspectiva metodológica a “investigação narrativa” (Cardona & Alvarado Salgado, 2015), analisamos expressões discursivas produzidas por jovens influenciadores e produtores de conteúdo brasileiros não-binários e/ou dissidentes de gênero no Instagram. Para situar esta análise, partimos de contextos macrossociais nos quais se engendram tais narrativas juvenis, bem como consideramos a pluralidade dos modos de narrar a não-binariedade, atinentes a processos de subjetivação e posicionamentos socioculturais. A partir daí, são propostas possíveis particularidades deste narrar, buscando elencar pistas interpretativas que indiquem para uma episteme própria destas juventudes em nosso país. Emergiram ênfases tais como: a) a premissa da interseccionalidade na enunciação da não-binariedade; b) a denúncia da invisibilização em vários planos (afetivo, econômico, discursivo); c) a não-binariedade como identificação ou como modo de ser; d) os conflitos internos a movimentos/setores LGBTQIAP+; e) a caracterização da não-binariedade em uma perspectiva de cura, como experiência libertária. Finalmente, relacionamos estes achados reflexivos a mutações da ação política juvenil na contemporaneidade, indicando sua intertextualidade com as lutas de minorias e dissidências sexuais e de gênero no enfrentamento ao recrudescimento do conservadorismo e do totalitarismo de extrema direita, em vinculação direta com a cisheteronormatividade e a colonialidade do poder.

Palavras-chave: Não-binariedade. Investigação Narrativa. Dissidentes de gênero. Subjetivação.

Abstract: In this article, we address the debate on non-binarity in Brazil from a media and activist context. Using “narrative investigation” (Cardona & Alvarado Salgado, 2015) as a methodological perspective, we analyze discursive expressions produced by young non-binary and/or gender-dissident Brazilian influencers and content producers on Instagram. To situate this analysis, we start from macrosocial contexts in which such youth narratives are generated, as well as considering the plurality of ways of narrating non-binarity, related to processes of subjectivation and sociocultural positioning. From there, possible particularities of this narration are proposed, seeking to list interpretative clues that indicate an episteme specific to these youth in our country. Emphasis emerged such as: a) the premise of intersectionality in the enunciation of non-binarity; b) the denunciation of invisibility on various levels (affective, economic, discursive); c) non-binarity as identification or as a way of being; d) internal conflicts within LGBTQIAP+ movements/sectors; e) the characterization of non-binarity from a healing perspective, as a libertarian experience. Finally, we relate these reflective findings to mutations in youth political action in contemporary times, indicating their intertextuality with the struggles of

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Rose de Melo Rocha, professora do PPGCOM-ESPM/SP, coordenadora do GP CNPq Juvenália e membro do GT Infanciais y juventudes da CLACSO. E-mail: rlmrocha@uol.com.br

³ Gabriela Cleveston Gelain, pesquisadora do GP CNPq Juvenália, ESPM-SP, doutora em comunicação pelo PPGCOM-ESPM/SP. E-mail: gabrielagelain@gmail.com

sexual and gender minorities and dissidences in confronting the resurgence of conservatism and far-right totalitarianism, in direct connection with cisgender normativity and the coloniality of power.

Keywords: Non-binarity. Narrative Research. Gender dissidents. Subjectivation.

1. Introdução: situando a não-binariedade nas sociedades midiáticas

O debate sobre a não-binariedade tem se apresentado como um importante vetor de publicização e tensionamento das normatividades de sexualidade e gênero no Brasil contemporâneo, denunciando as implicações dos discursos prescritivos e segregatórios, bem como trazendo à cena contra-discursos “bioculturais” (VALENZUELA, 2009) de resistência e oposição a tais condições opressivas. Assim, a ideia de uma justiça linguística atrelada a enfrentamentos sistemáticos das desigualdades, exclusões, estigmas e violências sofridas por mulheres, por minorias étnico-raciais e por dissidências sexuais e de gênero é uma pauta recorrente em embates ideológicos travados em nosso país. Tal fenômeno alcança inúmeras searas sociais, sendo que aqui destacamos duas em especial, a saber, o campo midiático e o campo ativista.

Refletir sobre ações juvenis de base midiática que se voltam a temáticas LGBTQIAP+ e, em específico, àquelas que se pautam pela discussão da não-binariedade, torna-se extremamente relevante em um contexto no qual corporações detentoras de plataformas digitais aliam-se a setores da extrema direita com vistas a garantir a divulgação de conteúdos discriminatórios e ultra-conservadores⁴. Situando-se em um rol comunicacional combativo, certos perfis de jovens influenciadores brasileiros agenciam processos de visibilidade social por meio de corpos e discursos contra-hegemônicos, entre eles: Carú de Paula Seabra, Igor Sudano Barreto, Nick Nagari, Bryanna Nasck, Cup e Juvi. Esses jovens ativistas ocupam as redes sociais, e encampam seus critérios e repertórios de “engajamento”, mobilizando grande número de seguidores. Respondem, ainda, a enfrentamentos atinentes às dinâmicas próprias a processos e práticas de consumo midiático na atualidade, como aqueles expressos nas figuras emblemáticas de fãs e de *haters*. Segundo Simone Sá (2016), isto se dá pois a comunicação digital acirrou características afetuais implicadas em fenômenos e práticas comunicativas:

⁴ “As declarações do bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), unem os interesses comerciais do bilionário aos objetivos políticos e eleitorais dos seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo especialistas ouvidos pelo UOL” (Canário, 2024).

creio que o ponto mais interessante do debate sobre a cultura digital é a provocação na direção de recolocarmos novamente em questão a pergunta sobre o que é a comunicação e quais as condições políticas, sócio-técnicas e culturais para a produção de sentido, incorporando simultaneamente a questão dos afetos produzidos/permitidos por diferentes meios e suportes em fricção com subjetividades múltiplas (SÁ, 2016, p.3).

Na perspectiva de Jef Verschueren (2020), leitor de John Thompson, o “desenvolvimento em larga escala dos meios de comunicação (...) [deu] lugar à realidade da ‘publicização mediada’”:

Ao abordar os processos ideológicos como discursivamente gerados e apoiados em hábitos de pensamento que permeiam a esfera pública, o exame minucioso dos processos de criação do significado que pode ser oferecido por disciplinas específicas na área de humanas é uma contribuição valiosa para o que poderia ser chamado de uma “ecologia da esfera pública”. Eu uso este conceito por duas razões específicas. Primeiro, ele enfatiza a complexidade de uma esfera pública global como um domínio de significados. Esta complexidade pode ser concebida como um continuum dinâmico e multidirecional de processos de significação transportados por uma multiplicidade de linguagens e estilos de comunicação que operam através de uma diversidade de meios de comunicação públicos (impresso, transmitido, digitalizado) no contexto de um amplo leque de redes e instituições (VERSCHUEREN, 2020, p. 8).

Considerar a dimensão afetual dos processos de comunicação nos auxilia na compreensão de como a própria cultura do entretenimento, com a agência de circuitos de celebração, incide atualmente na (re)configuração da ideia de esfera pública e redimensiona a natureza dos embates aí travados, ampliando o que um dia conceituamos como meios de comunicação massivos. Desde a virada tecnológica que começa a se configurar já nos idos dos anos setenta (LYOTARD, 1986), uma importante mutação atinge os aparelhos comunicacionais de enunciação pública. Mais recentemente, a revolução digital e a plataformaização/datificação da cultura (D'ANDREA, 2020) irão constituir entrelaçamentos significativos entre processos maciços de geração, disseminação e consumo de conteúdos e formatos midiáticos.

Neste contexto, nota-se a consolidação de um sistema capitalista midiático, financeiro e imagético, no qual, como postula Fredric Jameson (1996), a lógica cultural é o próprio capitalismo tardio. Se considerarmos, como defendido em nossa hipótese analítica, a existência de “linhas de fuga” (DELEUZE e GUATTARI, 2014) operando nesta ecologia comunicacional, temos que atores e atrizes sociais passam a se valer das características descentralizadas, ubíquas e personalizadas das tecnologias de comunicação e informação na

produção de narrativas autorais contra-hegemônicas, que compõem, desde as próprias lógicas midiáticas, forças de tensionamento e questionamento ao *status quo*, ao patriarcado e às heterocisnORMATIVIDADES.

Investigando o alcance simbólico e as implicações políticas e teóricas de tais fenômenos, Omar Rincón (2015/2016) entende que vivemos hoje em uma sociedade “pop-lítica” (RINCÓN, 2015), na qual preceitos da cultura pop invadem e se sobrepõem ao político, e vice-versa, com resultados, para o autor, nem sempre positivos. Contudo, e ainda segundo Rincón,

[p]ensar o popular a partir das “cidadanias celebrities” é assumir que nas telas da *pop-culture* também há poder de ganhar: visibilidades de rostos, vozes, agendas, estéticas, narrativas. Por isso, a cidadania *celebrity* é uma tática para disputar e lutar nas mídias e nas redes digitais, os modos estéticos e narrativos do visível, do narrável e o reconhecido (RINCÓN, 2016, p. 42).

Assim, se as hierarquias e desigualdades de poder se inscrevem em corpos e configuram atos de fala normativos, podem também gerar a mobilização de narrativas midiáticas de resistência. Corpos “pop-líticos” em contracorrente performatizam visibilidades e alteridades existenciais, dando gramatura comunicacional a maneiras particulares de encenar diversidades e dissidências radicais. É nessa direção que apreendemos as ações comunicacionais de jovens ativistas “questionantes do binarismo de gênero” (TEIXEIRA & CARNEIRO, 2018), que, com seus “corpos falantes” (PRECIADO, 2014), têm atuado intensamente em redes sociais e plataformas digitais como o Instagram, o Youtube e o TikTok. Estas pessoas públicas, nativas digitais com amplo repertório de comunicação pós-massiva (LEMOS, 2007) e experientes na produção e consumo de linguagens e estéticas do entretenimento, publicizam uma linguagem política ativista de fronteira, que entretém ao mesmo tempo em que informa e forma repertórios críticos.

Como base de sustentação às problematizações ora propostas, tomamos por referência pesquisas que vimos desenvolvendo sobre ativismos juvenis em suas interfaces políticas e estéticas, bem como nos ancoramos no estudo do modo como as juventudes brasileiras mobilizam recursos performativos, tecnológicos e audiovisuais para configurar novas formas de pertença e de expressividade subjetiva. Ao anunciamos a ideia de juventudes no plural, reforçamos a compreensão de sua multiplicidade, evitando assim essencialismos e a perniciosa dicotomia juventude idealizada/juventude demonizada. Temos evidentes indicadores de implicações comportamentais das lógicas de celebrização, dos apelos ao sucesso e à inclusão

pelo consumo consagradas como pilares do sistema capitalista hodierno. Nossa vivência como educadoras e como pesquisadoras das juventudes nos confronta diariamente com processos de assujeitamento e de desmotivação implicados nos usos atomizados e autômatos das tecnologias de comunicação, como se nota diante da utilização compulsória de aparelhos celulares em todos os âmbitos do social. Todavia, nos é cara a compreensão da dimensão pedagógica que daí pode emergir, com utilizações ativas e conscientes de tais ferramentas ou, também, com apropriações ativistas das visibilidades midiáticas.

Para responder à problemática acerca de possíveis particularidades da luta por inclusão da não-binariedade na pauta pública nacional, impactando nos usos da língua e atentando para a dimensão performativa da linguagem e do gênero (AUSTIN, 1990; BUTLER, 2018), tomaremos como objetos empíricos de análise expressões juvenis audiovisíveis que tem encampado esta proposta em sua prática comunicacional cotidiana. Nessa direção, indagamos sobre as formas e os conteúdos discursivos apresentados por alguns jovens atores sociais, em específico influenciadores e formadores de opinião que atuam fortemente em perfis do Instagram. Os perfis selecionados informam ainda sobre as conexões entre o mundo online e o mundo offline, atestando que, hoje em dia, as fronteiras entre ambos estão borradadas, tais como já observamos nos *slams* periféricos, onde atuam os narradores orais urbano-digitais (SOUZA & PRYBYLSK, 2022), categoria que incorpora indivíduos que estão em periferias e áreas não-centrais e contam suas histórias por meio de ativismos presenciais e digitais. Assim, os influenciadores analisados podem ser percebidos enquanto ativistas que se dedicam à problematização de existências não-binárias e tendem a conectar suas narrativas publicizadas a outros campos de atuação, como, por exemplo, sua atividade como artistas, palestrantes e acadêmicos.

Combinando contribuições das teorias da comunicação e da mídia, da antropologia audiovisual e aquelas advindas do campo de estudos das juventudes, dos gêneros e das sexualidades, buscamos apreender as particularidades de práticas discursivas em ação. Com isso, interessa-nos analisar expressões narrativas encarnadas, que se dão a ver mediante a apresentação pública e tecnologicamente mediada de atores sociais não-binários e/ou agênero. O corpo-mídia (BAITELLO, 2014) e o corpo-tela (MARTINS, 2021) de ativistas como Carú de Paula, Igor Sudano Barreto e Nick Nagari são apreendidos como voz protagônica; ou seja, o foco de nossa reflexão são conteúdos e formas audiovisuais performadas publicamente pelos próprios sujeitos dissidentes e não-binários.

Tratando-se de uma análise que, em nossa proposta, toma os discursos a partir do universo das redes sociais, parece relevante neste tópico introdutório procedermos a algumas elucidações. No caso particular de nossa abordagem, compreendemos que a atuação juvenil em ambientes digitais pode configurar enfrentamentos incisivos às “convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais” (PRADO, 2013) hegemônicos, a televisão, as revistas e outros veículos da chamada grande imprensa. Mas também temos no horizonte a compreensão de que tais enfrentamentos se referem atualmente a toda uma ampla produção de outros discursos midiáticos, para além dos meios tradicionais. A vasta seara de memes, vídeos e *fake news* que reiteram ideologias fascistas, persecutórias e ultra-conservadoras pode provir desde a *deep web* até ser elaborada e disseminada a partir de sites e perfis maliciosos, circulando fortemente por ferramentas e aplicativos como o WhatsApp.

Como perspectiva metodológica, nos alinhamos aos princípios da “investigação narrativa” (CARDONA & ALVARADO SALGADO, 2015), na qual não só os conteúdos, mas os modos de narrar do sujeito investigado são parâmetros essenciais à construção de conhecimento. Acatamos a importância do narrar como revelador de uma existência em particular, mas também como lócus plural e reticular no qual diferentes outras vozes se manifestam e atuam, o que faz este método particularmente adequado à exploração de fenômenos narrativos em rede. O narrar em uma pesquisa não surge de um vazio ou sem uma intencionalidade. Para Cardona e Alvarado (2015), a intenção de realizar uma investigação narrativa está na construção social de um fazer científico a partir das vozes participantes do campo pesquisado. É de extrema importância que o/a pesquisadora permaneça em constante observação e comunicação com o campo de pesquisa, para um melhor entendimento dos sentidos e significados expressos pelos indivíduos observados – considerando o período histórico em que foi narrado, as questões geracionais, o universo onde este grupo está inserido, as especificidades (históricas, sociais, econômicas, territoriais) do momento em que se comunica.

Assim, assumimos a investigação narrativa como aposta metodológica para apreender como a não-binariiedade é exposta, explicada, descrita, contextualizada por jovens influenciadores trans, não-bináries e desertores de gêneros brasileiros nas redes sociais digitais. A narrativa “própria” de cada um destes participantes online não é uma voz linear ou estritamente individual; é produto da intersubjetividade. Ademais, compreendemos que a própria materialidade comunicacional em que se expressam, como o Instagram, constitui um

importante mediador na formação das enunciações. Na investigação narrativa, o significado que os atores sociais elaboram em suas expressões textuais, nas suas interações e verbalizações são o foco central da investigação, que busca também atribuir uma perspectiva interpretativa da complexidade das narrativas dos sujeitos/sujeitas/sujeites da investigação. Segundo a leitura de Donna Haraway (1995, p.36), são “saberes localizados”, os quais

requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo”. A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. (Haraway, 1995, p.36).

Em termos da dimensão interpretativa articulada às coordenadas metodológicas, nos interessa qualificar a análise, visto que estas narrativas juvenis, sejam elas autobiográficas, sejam elas semantizadas em postagens, *lives* ou *stories*, reportam a “mapas vitais” (AMAYA, 2004), ou seja, “os modos como as biografias sociais se fazem biografias vividas, narrações de si elaboradas em um determinado contexto social” (AMAYA, 2004, p. 171) e a “mapas emocionais” (CERBINO, 2006), confluindo em princípios de vinculação e afetos gregários.

É nosso pressuposto neste artigo desenvolver caminhos reflexivos que evitem resultados essencialistas ou deterministas, haja vista a natureza mesma dos ensinamentos produzidos por aqueles que compõem nossa empiria. Cientes de uma complexidade que deve ser respeitada, registramos a pluralidade de compreensões e de expressões articuladas pelo campo da não-binariedade no Brasil. Reiteramos que tal pluralidade não deve ser associada a uma presumida imprecisão do termo. Na verdade, como atestam Teresa Teixeira e Nuno Carneiro (2018), há “uma diversidade de posicionamentos que traduzem modos subjetiv(ad)os de experienciar a transgressão representada pela não-identificação com o binarismo de género, a que chamamos processos de subjetivação” (TEIXEIRA & CARNEIRO, 2018, p. 134).

2. Não-binariedade em cena: narrativas de jovens ativistas

De modo a analisar a maneira como sujeitos não-bináries ou dissidentes trans de visibilidade pública dizem o que dizem sobre não-binariedade, selecionamos postagens de jovens brasileiros com alcance relevante no Instagram e/ou na própria comunidade

LGBTQIAP+ publicadas ao longo de 2023 e abril de 2024. Posteriormente, nos detivemos em postagens de cada um dos perfis voltadas diretamente à abordagem da não-binariedade. Cabe ressaltar que este recorte bastante específico atende a uma vertente de análise qualitativa, considerando o alcance numérico de sua recepção, mas privilegiando a qualificação e o adensamento analítico de suas formas-conteúdos. O Instagram responde desta forma a um grande fórum discursivo, intertextual e polissêmico no qual trajetos e disputas de sentido são travados. Situa-se ademais em um campo comunicacional de grande alcance junto a setores juvenis, bem como tem sido espaço de troca de afetos intensos, com manifestações muitas vezes extremadas de paixões e ideologias conflitantes.

Carú de Paula Seabra (@carudepaula), poeta e psicólogo transmasculino e transvyado, é mestre e doutorando em Psicologia Clínica pela PUC/SP, possui mais de 5 mil seguidores no Instagram, e uma presença relevante na comunidade dissidente de gênero em São Paulo. Em seu perfil, encontram-se links para sua dissertação de mestrado “Jornal da Exystêncya: conjurando territórios férteys em tempos de fym de mundo” e para seu livro “Ynunda[ção] (um conjuro)”. O ativista, em uma postagem do Instagram de 27 de março de 2024, levanta o seguinte questionamento: “A não binariedade de gênero é (necessariamente) contra colonial?”. Ao longo de alguns *cards*, Carú explica que a depender do modo como é enunciada a não-binariedade ele pode operar uma redução da transparência (*glissant*). Desse modo, propõe que “ações realmente comprometidas com a radicalidade de uma prática contra colonial exige racializar qualquer conversa”, argumentando que isto seja feito “não como faz a colonialidade, para hierarquizar as diferenças, mas para garantir a vivacidade das diferenças” (SEABRA, 2024).

Este discurso enfatiza de modo incisivo uma perspectiva interseccional na abordagem da não-binariedade, a situando em um campo combativo de contra-colonialidade. Há uma ênfase ainda na articulação entre prática discursiva e prática social/intelectual, quando destaca que as “ações realmente comprometidas com a radicalidade de uma prática contra colonial” devam forçosamente incluir um matiz racializado. Também se nota nesta narrativa uma localização do debate em relação a uma perspectiva de subjetivação que busque “garantir a vivacidade das diferenças”. Depreende-se desta enunciação a remissão a debates mais amplos vinculados ao enfrentamento das colonialidades, mas igualmente há a complexificação subjacente de políticas identitárias que hierarquizam as diferenças. Nestes termos, podemos, em uma primeira leitura, associar a não-binariedade enunciada por Carú a um campo discursivo

relevante a existências trans e, em específico, a existências trans racializadas. Marcadores discursivos relevantes à produção de sentido propiciada por tais argumentos encontram-se nas palavras “realmente”, “radicalidade”, “exige”, constituindo convocações de posicionamento. A não-binariedade, neste caso, é muito mais do que mero recurso de linguagem, mas demandaria uma tomada de posição radical e informada (por exemplo sobre a coloniadade do poder e a segregação racial).

Desde este lugar de enunciação, Carú já nos orienta para a percepção de uma possível particularidade de ser/identificar-se com a não-binariedade no Brasil: a ênfase na articulação com a leitura crítica das hierarquias de poder radicadas na invisibilização racial e na própria naturalização da colonialidade do poder.

Igor Sudano Barreto, criador de conteúdo digital, auto-nomeado agênero, é um cantor e compositor de Niterói (RJ), possuindo mais de 43 mil seguidores em seu perfil do Instagram. Sudano mobiliza uma gama ampla de conteúdos em seu perfil, tendo por marcador performativo um estilo que mescla humor, sarcasmo e ironia. Muitas vezes, suas produções artísticas são mescladas a postagens de caráter informativo ou pedagógico, construindo uma interessante cartilha sobre vivências de pessoas que fogem à normatividade de gênero e sexualidade. Em vídeo publicado no dia 27 de março de 2024, Sudano comenta sobre “fatos sobre pessoas não-binárias para falar e sair correndo”. Dentre eles, estão “nem todo não-binário usa pronome neutro”, “minha orientação sexual não tem nada a ver com meu gênero”, “não existe um só gênero não-binário”, “nem todos têm as mesmas vivências”. Em vários de seus *posts*, é através de um relato pessoal, de um testemunho, que Igor busca complexificar leituras correntes sobre a não-binariedade, e o faz a partir de uma vivência trans. Ainda assim, é bastante crítico ao analisar a invisibilização de não-binários por algumas pessoas trans, bem como enuncia que, em sua leitura, “todo transfóbico é enrulado”.

Em *reels* de 23 de março de 2024, o jovem cantor discute nos seguintes termos a invisibilização de agêneros ou de gêneros fluidos:

A invisibilização do que nem nos compete sempre vem do antigamente oprimido, que opõe o mais novo, o menos entendido, assim como fizeram com ele. O que sofreu o *bullying* agora o pratica. Isso tá certo? Segundo esse ciclo qual seria o momento da real mudança? Qual seria o momento da união pela diversidade? Enquanto os próprios LGBTQIAPN+ continuarem segregando a própria sigla se torna cada vez mais difícil conseguirmos o respeito de quem nem faz parte dela. Você não precisa aprender para respeitar. Assim como antigamente o homossexual era visto como doença.. você está fazendo igualzinho com os não binários e acha que tá inovando.

Depois desse papo, bora apoiar um cantor não binário e conhecer meus últimos lançamentos? (SUDANO, 2024).

Em seu estudo sobre “pessoas questionantes do binarismo de género, seja porque não se identificam com o binarismo de género, seja porque se identificam com o não-binarismo de género” e dados coletados através de entrevistas semiestruturadas, Teixeira e Carneiro (2018) observam que:

Quando iniciam um caminho de procura e descoberta de novas possibilidades de existir, a maior parte dos participantes relata a experiência de não-identificação/de desidentificação com as categorias de género socialmente disponíveis (Grave 2016). O esforço para viver de forma a manter uma relação crítica e transformativa com essas normas pode ser doloroso e até intolerável: o «eu» torna-se, até certo ponto, desconhecido, ameaçado de desintegração, por vezes com associação ao sentimento de se viver uma vida intolerável na ausência do reconhecimento social (Butler 2004). (TEIXEIRA & CARNEIRO, 2018, p. 135).

Se é a partir de uma ênfase racial e decolonial que Carú de Paula localiza a não-binariedade como ato existencial e de consciência política radical, Sudano Barreto apela para a materialidade e a processualidade de sua própria vivência para apresentar meandros subjetivos e embates políticos que podem ser experimentados dentro das dissidências sexuais e de gênero. Em certo sentido, há em Sudano um apelo narrativo ao reconhecimento da complexidade e da legitimidade de seu modo (processual) de ser e de se expressar subjetivamente e a sugestão de uma aliança entre corpos LGBTQIAP+ que não signifique o apagamento das singularidades. Além disso, a maneira autobiográfica de narrar a não-binariedade dá-se em confluência a sua própria afirmação como agênero, em um esforço ativo de dar a ver a complexidade e pluralidade dos modos de existir vinculados à identificação com a não-binariedade. Percebemos aqui outra particularidade desta enunciação. Há nela a conjugação entre busca de reconhecimento e aceitação social com a perspectiva de inserção econômica pela música por ele criada, cujas canções abordam temas como a constante rejeição e o sofrimento causado pelo medo de não ser reconhecido, amado e respeitado.

Nick Nagari é artista e palestrante, também de Niterói (RJ), autoescritor não-binário. Em seu perfil do Instagram, apresenta-se como “influencer aposentado”, mobilizando mais de 57 mil seguidores. Oferece no perfil links para acesso à compra de seu livro “Essa história não termina aqui”, bem como divulga dois de seus cursos na página de cursos Brava: “Não-binariedade, transgeneridade e raça” e “O bi não é de dois gêneros: entendendo a bissexualidade e a bifobia”. Em post de 8 de março de 2024, Nick anuncia que iria parar de criar conteúdo no Instagram e atuar em outras frentes, como a de palestrante. Anteriormente,



em um de seus *reels* sobre “O que é ser não binário” (NAGARI, 2024), com 26.729 reproduções, ele explica:

Imagina se só existissem duas cores no mundo? Ou duas formas de lazer ou duas profissões? Parece pouco, né? Então porque a gente cresce achando normal que existam apenas dois gêneros num mundo com 7 bilhões de pessoas? Será que 7 bilhões de pessoas cabem em duas caixinhas? É mais ou menos aí que começa a reflexão sobre a não binariedade. Posso chegar para vocês e definir a não binariedade do jeito que eu acho mais correto, ou seja, a não binariedade é um termo guarda-chuva para todas as identidades de gênero que não são homens nem mulheres. Eu sou uma pessoa não binária porque não sou homem nem mulher. (...) O que é ser “homem pra mim” é muito diferente do que é para o meu avô e do que vai ser “ser homem” daqui a 50 anos. (NAGARI, 2024).

Com uma entonação didática e recorrendo a uma linguagem leve e informativa, Nagari assume um lugar narrativo dialógico com suas audiências presumidas. A coloquialidade de sua fala é também marcada por perguntas dirigidas aos receptores, para, posteriormente, tomar para si o protagonismo discursivo, e, então, “definir a não binariedade do jeito que eu acho mais correto” (NAGARI, 2024). Nagari adota uma perspectiva ampla, propondo identificar a não binariedade como “termo guarda-chuva para todas as identidades de gênero que não são homens nem mulheres” (idem). Nota-se neste uso do termo por Nick Nagari a compreensão da não binariedade por negação - não ser homem nem mulher - e há, indiretamente, uma compreensão da não binariedade como um estado (ser/não ser) e não exatamente como uma experiência de identificação (identificar-se/não se identificar).

Bryanna Nasck (@bryannanasck), influencer trans não-binária, é *gamer* e apresentadora, produzindo vídeos sobre gênero e sexualidade, sobre cultura midiática e sobre política. No Instagram, conta com 49 mil seguidores e utiliza os pronomes “ela, elu”. Em um de seus vídeos, de 04 de julho de 2023 (NASCK, 2023), trata do uso da linguagem neutra:

Então quando a gente fala sobre linguagem neutra, a gente está falando da necessidade de uma população que não se sente bem, que se sente desconfortável, que se sente disfórica, que é um sentimento muito ruim em relação a algo que não está certo com o seu gênero, não é algo que ela consegue controlar, ela só se sente muito mal, então a linguagem neutra ela vem como uma forma de neutralizar a nossa língua, porque a neutralidade de verdade né, considerar que o masculino como um neutro como algo que serve para todos, eu acho que a gente já passou esse período, né, e a linguagem como um todo (...) ela está lá para nos servir e não ao contrário, então a gente não está aqui para servir a uma língua, a língua está aqui para servir às nossas necessidades e nesse momento as nossas necessidades mudaram e a gente precisa de compreender e buscar formas de fazer isso. Eu sei que é difícil para as pessoas se adaptarem ao novo, mas isso não é uma imposição, não significa que você vai ter que deixar de falar de uma outra forma, você não vai poder mais usar o “o” como o “todos” como forma de generalizar... não, não! é uma alternativa e se você se

importa o suficiente com o bem-estar do outro talvez você comece a usar essa alternativa também. (BRYANNA, 2023)

Bryanna se vale de uma interessante estratégia de sensibilização, apelando à possível empatia dos que a acompanham. Há também na narrativa desta jovem influencer o acionamento da linguagem/língua como espaço plástico, de acolhimento das diferenças, sendo que o seu uso, acima discutido, “não é uma imposição” (BRYANNA, 2023). Segundo Heliton Diego Lau (2017), a linguagem neutra, utilizada muitas vezes na comunidade LGBTQIAP+ e entre as pessoas não-bináries teria como finalidade

mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escrita e falada. Uma das línguas oficiais do Brasil – a língua portuguesa (LP) – não possui um “gênero neutro”, pois nela nota-se essa “caixinha binária”, pois sempre fala-se o copo, a televisão, ou seja, marca o gênero masculino e o feminino em tudo. Não faz exceção quando refere-se às pessoas. A LP diferencia tudo em masculino e feminino. Com esse avanço da linguagem neutra um novo pronome de tratamento foi criado na língua inglesa, em que suas palavras, em grande parte são consideradas neutras, pois é a partir dos pronomes que se é atribuído um gênero. O pronome em questão, registrado no dicionário Oxford, é “Mx.” (pronuncia-se “mux” ou “mix”) que é o neutro de “Mr.” (senhor) e “Mrs.” (senhora). Ainda não há uma tradução oficial para a LP. A forma pronominal mais recorrente que pessoas não-binárias utilizam para se referirem em LP é o “elu”, por um ato político para mostrar que o pronome considerado “neutro” (leia-se “eles”) em nossa sociedade exclui as pessoas não-binárias, já que elas não se veem como homens nem como mulheres, portanto, não faz sentido para estes a utilização do neutro “eles”, assim como o feminismo trata esta questão. (LAU, 2017, p.2)

Cup (@apenascup) é influencer assexual e agênero, com mais de 330 mil seguidores no Tik Tok, e contando com mais de 21 mil seguidores no Instagram. Cup produz conteúdos variados sobre não-binarietude, tratando de inúmeras conexões propiciadas pela temática. Teve ainda uma importante atuação em relação à retificação de nome e gênero em documentos de identificação por parte de pessoas não-binárias. Em postagem do dia 2 de novembro de 2021, explica o que é ser uma pessoa agênero:

Eu sou Cup e eu sou uma pessoa agênero! Uma pessoa agênero é uma pessoa que não se identifica com gênero nenhum, não se identifica como homem, mulher, com nenhum conceito de gênero. Por isso que tem um “a” no começo, ele é um prefixo de negação. Ah, mas isso é impossível, se você não fosse nada você não existiria. É mesmo né? Mas é óbvio que não é isso, (...) eu não estou falando que eu não sou nada! Olha... vamos entender: primeiro eu acho sempre importante a gente relembrar que gênero não é sexo, gênero é sobre como nós nos entendemos socialmente, enquanto no outro caso a gente está falando sobre nossa corporalidade - então eu não estou dizendo que eu não sou nada, estou dizendo que todo esse sistema baseado em gênero para a construção de sua identidade não faz sentido algum para mim! No

momento que eu construo a minha identidade isso não entra em pauta: eu sou Cup e isso é suficiente para mim! (CUP, 2021).

Cup sinaliza o lugar da ageneridade no grande campo da não-binariiedade, como a não-identificação “com nenhum conceito de gênero” (CUP, 2021). No caso de Cup, a não-binariiedade articula por pessoas agênero leva a distinções entre gênero, “como nós nos entendemos socialmente”, e sexo, “sobre nossa corporalidade” (idem). Inclui-se, portanto, duas perspectivas narrativas: uma, ligada à compreensão de um lugar ou expressão social e outra vinculada às corporalidades.

Juvi Chagas (@oijuvi), “a webnamorada do Brasil”, com 941 mil seguidores no Instagram, é de São Paulo, e se apresenta como não-binária. Com uma linguagem divertida e contundente, Juvi questiona a lógica não-binária em suas postagens, trazendo dados históricos e mundiais para anunciar as dificuldades de compreensão da não-binariiedade, vinculando-as a imposições colonialistas e à adesão a visões de mundo não-binárias. Ser trans e ser não-binária não corresponde nas narrativas de Juvi exatamente às corporalidades que se habita, mas ao que se é. Como dito em *post* de 29 de janeiro de 2024, “isso não é sobre o corpo em que a gente está, é sobre quem a gente é”. Com 105 mil visualizações, no *reels* transcrito abaixo irá explicar o porquê de pessoas não-binárias serem pessoas trans, exemplificando as diferenças entre os binarismos de gênero através de uma demonstração feita com dois copos de vidro de diferentes formas. Neste *reels*, desenvolvido para o perfil @transempregos, plataforma que auxilia pessoas trans a encontrarem oportunidades empregatícias, Juvi relata:

Pessoas não-binárias são pessoas trans? A resposta é sim, mas pra gente entender isso melhor primeiro a gente precisa saber o que é uma pessoa trans, e para entender isso melhor primeiro a gente precisa saber o que é uma pessoa cis. (...) e o deslocamento entre a pessoa ser um homem, ser uma mulher, e o corpo não corresponder a isso gera o que a gente chama de disforia, um “não se encaixar”, um incômodo profundo com isso que gera tremendos gatilhos...aí por exemplo um homem trans pode recorrer a procedimentos estéticos, cirúrgicos, hormonais e expressões de gênero, como roupas e demais coisas, para aplacar essa disforia e o mesmo vale para uma mulher trans, mas a gente pode notar que, antes disso, já era uma pessoa trans, fazer esses procedimentos não torna a pessoa trans - ela já era antes e faz porque necessita. E por isso que uma pessoa não binária é trans, porque é um desacordo entre quem ela é, que ela não é nem um homem, nem uma mulher e o corpo (...) mas ela é outra coisa e ela também pode sofrer de disforia (...). Igualmente ela pode recorrer a procedimentos para aplacar essa disforia, daí temos homens, mulheres, pessoas não binárias e tudo o que elas estão fazendo é buscar se sentir mais confortáveis em seus corpos, tendo uma vida mais feliz. E uma dica de etiqueta: nunca pergunte o que a pessoa tem no meio das pernas ou como ela transa, por mais que você tenha curiosidade isso não te interessa. Lembrando que também existem pessoas intersexo ao nascimento, e também a possibilidade de elas serem intergênero. Ou não. (JUVI, 2023).

A publicação de Juvi complexifica as tentativas de classificação ou enquadramento da não-binariedade. Há, neste modo de narrar a existência não-binária, o enfrentamento da perspectiva disfórica, anunciando como norteador a busca de “sentir-se mais confortáveis em seus corpos, tendo uma vida mais feliz”. Nota-se ainda uma perspectiva *sui generis* de associação do ser trans à não-binariedade, com a inclusão, neste debate, de pessoas intersex. Esta gramática de complexificação remete em nossa leitura ao modo como diferentes vocalidades juvenis, com a intensa mobilização de seus corpos, ecoam uma inteligibilidade outra sobre modos de ser e estar no mundo. A não-binariedade, nas narrativas destas juventudes, parece mobilizar uma contra-corrente interpretativa, que enfrenta/afronta os esforços de simplificação normativa. Entendê-las é, acima de tudo, um ato de aproximação crítica e voluntária, de modo a evitar a violência da interpretação, acolhendo a não linearidade e a plasticidade performativa de suas existências.

3. Considerações finais: não-binariedades, justiça linguística e desertores de gênero

Revisando as narrativas acima apresentadas, algumas pontuações podem ser feitas. Entendemos que estes jovens dissidentes/desertores de gênero se inserem em uma importante mutação ou derivação das lutas políticas protagonizadas por setores juvenis brasileiros nas últimas décadas, que recusam o binarismo de gênero como parametrizador de suas identidades e/ou de suas existências. Com domínio das cenas midiáticas pós-massivas e da própria linguagem do entretenimento digital se posicionam ativamente no combate aos ultraconservadorismos, epistemocídios (GROSFOGUEL, 2016) e corporicídios que atingem às minorias e às dissidências.

Como bem apresenta Verschueren (2020),

A esfera pública pode ser vista como uma arena com intermináveis *disputas sobre significados*. As situações são afetadas por contextos estruturais, mas os agentes humanos, cujas decisões e ações se baseiam em avaliações e disputas sobre significados contextuais, interpretações e possíveis consequências futuras, sempre desempenham algum papel. Isso requer comunicação. Na esfera pública, as interpretações e as decisões têm de ser defendidas, e as ações geralmente requerem legitimação subsequente. Nenhuma questão é resolvida “de uma vez por todas”. Tais disputas sobre significados têm consequências sociais, econômicas e políticas e é por isso que elas merecem atenção especial. (VERSCHUEREN, 2020, p. 9)

O @revistaenem (grupo de estudos gratuito e online para alunos que irão prestar o ENEM) juntamente o perfil do Instagram @naobienariebr (criador de conteúdo digital) criaram uma postagem no Instagram sobre o que seriam dez maneiras de se tornar um aliado de pessoas não-binárias, como se vê a seguir:

apresentar-se com seu nome e pronomes; 2) colocar seus pronomes na sua assinatura de e-mail ou nos perfis de mídia social; 3) não utilizar o binarismo da linguagem, ou seja, utilizar alternativas inclusivas, tais como “todes”, “alunes”, “pessoal”; 4) fornecer outras alternativas que escapem dos binarismos de gênero, como o uso de “dirigente” no lugar de “diretor” ou “diretora”; 5) o pronome de gênero neutro mais comum é o “elu”, mas também há pessoas não-binárias que fazem uso de “ele” ou “ela”, o importante é respeitar a escolha do uso do pronome de cada indivíduo; 6) usar o pronome “eles” soa gentil quando o gênero ou identidade de alguém é desconhecido; 7) apoie o trabalho de pessoas não-binárias, especialmente as autônomas; 8) não utilize o X e o @ para neutralizar as palavras, ainda que seja conhecido e usado na internet, acaba excluindo a leitura de pessoas com dislexia ou deficiência visual; 9) verifique se as políticas e documentos do seu ambiente de trabalho incluem a linguagem neutra e evite os binarismos de gênero na linguagem; 10) ao destacar pessoas LGBTQIA+ em seus eventos ou como modelos, certifique-se de incluir alguns modelos não-binários também. (RESISTE ENEM, 2023)

Movimentos feministas contemporâneos já vinham há alguns anos encampando como ação relevante a proposição da equidade de gênero na linguagem falada e escrita, e com isso se questionava por exemplo a universalidade da adoção de pronomes e substantivos masculinos para se referir à totalidade de homens e mulheres. De modo interseccional, coletivos e setores vinculados aos debates étnico-raciais denunciam a naturalização de expressões racistas, classistas e xenófobas nos usos da língua e nos formalismos de linguagem. Mobilizações LGBTQIAP+ igualmente reivindicam a adoção de terminologias não excludentes e transgenerificadas.

A radicalização da não-binariiedade como prática de vida e como comunicação da vida, localiza-se, no Brasil, em bases decoloniais, interseccionais e aciona diretamente a legitimidade de fala das existências trans, em toda sua amplitude, diversidade e complexidade. As lutas historicamente travadas pelas travestis e por deserções de gênero, atuantes em nosso país e, como força protagônica, nos anos de ditadura e no momento de eclosão da epidemia de HIV/AIDS, apenas para citar dois marcadores de monta, nos sinalizam para a anterioridade dos embates atualmente encampados pelos setores juvenis aos quais nos atentamos neste artigo.

Consideramos que a não-binariiedade opera pois como um vetor dissidente de justiça linguística. Os gêneros e sexualidades dissidentes são aqueles que não se encaixam nas normativas heterossexuais – na cismatividade – de gênero, de raça e de classe social. Segundo Leal (2021), desertores de gênero são os corpos desertores do binarismo de gênero e

da heterossexualidade compulsória, sobretudo no Brasil e América Latina. Assim, criam e inventam uma outra realidade que escapa e enfrenta normativas binárias de gênero e, coletivamente, tornam suas existências possíveis em territórios conhecidos pelas violências neocoloniais, sexuais, raciais e de gênero. Dissidentes, portanto, seriam sobretudo pessoas trans e não-binárias, não-cisgêneras, ou, como prefere abigail Leal, seriam desertoras de gênero (LEAL, 2021). Estes grupos conheceriam, portanto, “os processos de estigmatização, ou seja, as dificuldades e impossibilidades (...) em terem o direito fundamental à singularidade, de poderem exercitar o direito de ser, de viver e de serem respeitados como todos os demais cidadãos” (PERES & TOLEDO, 2011, p. 265-266).

Quando Paul Preciado, nos anos 2000, publicou seu livro *Manifesto contrassexual*, uma dobradura a mais era dada nos discursos acadêmicos e militantes sobre sexualidades e gêneros. Com seu conceito de “corpos falantes” e com a proposta dos “contratos contrassexuais”, o filósofo propunha um olhar pós-identitário capaz de superar ao “contrato social heterocentrado” (PRECIADO, 2014, p. 21), com o apagamento de fixações identitárias ancoradas na oposição binária homem/mulher, e criticando a “diferença de gênero e de sexo (...) cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (JUDITH BUTLER, 2001). De acordo com Preciado, “[n]o âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes” (idem). Ademais, neste contrato, “[r]econhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes assim como a todas as posições de enunciação” (ibidem).

Para Preciado (2018), gênero é algo que nós fazemos, não algo que nós somos. É no plural, um fazer “juntos”, uma relação, e não uma essência ou uma propriedade individual. É como usar uma máquina, porém, “uma máquina viva que você incorpora e usa sem possui-la. (...) O gênero nos é imposto em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas, e é apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado” (PRECIADO, 2018, p.4-5). Assim,

[e]ntender que o sexo e o corpo são efeitos discursivos não implica negar a existência da carne, do sangue, da dor, mas, sim, considerar que a materialidade do corpo e sua significação cultural são inextricavelmente imbricadas. Com isso, Butler chama a atenção, novamente, para códigos de significação e as estruturas reguladoras informadas por esses códigos que significam (i.e. materializam) o corpo. Não se pode ter acesso ao corpo sem os processos culturais (heteronormativos) que o significam (BORBA, 2014, p.450)

Defendemos, portanto, a radicalidade biocultural (VALENZUELA, 2014) das operações contranarrativas e contrassexuais (PRECIADO, 2014) mobilizadas por jovens ativistas brasileiros que não se reconhecem nos preceitos da não-binariedade, identificando em seus corpos narrativos e midiáticos que “[n]ão se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação” (PRECIADO, 2014, p. 27). Para afirmar teoricamente a relação entre não-binariedade e justiça linguística tomamos finalmente por referência a leitura decolonial de Altheria Caldera e Ale Ruiz Babino (2020). Evocando a teoria da auto-história de Gloria Anzaldúa, as autoras, duas professoras negras nos Estados Unidos, denunciam a supremacia da língua branca na linguagem corrente, e inclusive na acadêmica. Utilizando-se da lente da raciolinguística, elas se propõem a revelar as situações em que foram vitimizadas, a internalização do linguismo racista e o que entendem como a perpetuação do imperialismo linguístico (Cf. CALDERA & BABINO, 2020), algo que nos soa extremamente similar às questões evidenciadas por ativistas da não-binariedade.

Também dialogamos, em uma perspectiva interdisciplinar, com investigações do campo da linguística, como aquela proposto por Isabella Boddy da Silva, Nicole Cristine de Oliveira e Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra (2023) ao refletirem sobre a (des)construção de maternidades dissidentes:

Em *Semiotização ficcional do discurso* (1984), Anazildo Vasconcelos da Silva argumenta que o processo de criação literária imita o processo de criação do real. O real cria o ser e o mundo, e da relação entre os dois surgem duas grandes dimensões: a dimensão objetiva do mundo e a dimensão subjetiva do ser, sendo a primeira a codificação do material e do real, e a segunda a expressão da individualidade humana. O processo de criação literária imita essa dinâmica, criando dentro do discurso narrativo a dimensão objetiva do espaço e a dimensão subjetiva da personagem. Não é possível dizer que o universo ficcional e o real estão completamente separados, visto que ambos derivam um do outro. Ainda, como argumentado no início deste texto a respeito dos princípios da Linguística Cognitiva e das proposições bakhtinianas, toda palavra possui uma ancoragem no âmbito sócio-histórico, tornando o discurso uma ferramenta de construção de significado. (SILVA, OLIVEIRA & PEDRA, 2023, p. 7)

Embora as autoras tratem especificamente do texto literário, parece-nos sugestiva a possibilidade de trazer tais perspectivas à compreensão da determinação mútua entre a materialidade comunicacional das redes e a narrativa de subjetivação produzida pelas personas midiáticas do ativismo não-binário. Em terras brasileiras e em territórios digitais, a não-binariedade tende a cruzar fronteiras impostas por colonialidades linguísticas. Desse modo,

enfrentam as opressões generificadas, estas que tentam, ao não nomear, imputar-lhes um não existir. Se, como propõe Austin, as palavras fazem coisas, e, como sugerem Silva, Oliveira e Pedra, as palavras possuem ancoragem sócio-histórica, os discursos de “corpos falantes” desertores de gênero enunciam uma ontologia narrativa que fratura o binarismo de gênero e, incessantemente, fazem do “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013) igualmente um giro linguístico. E vice-versa.

Referências

- AMAYA, S. J-F. (2004). Coordenadas: perspectiva metodológica e interpretativa. In: Serrano Amaya, J. F. **Menos querer más de la vida**: concepciones de vida y muerte en jóvenes urbanos. Bogotá, Cundinamarca: Siglo del Hombre, 2004. p. 31-50.
- AUSTIN, J. L. (1962). **How to do things with words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- BAITELLO, N. Jr. (2014). **A era da iconofagia**. São Paulo, SP: Paulus.
- BALLESTRIN, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (11), 89–117. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/2069>
- BORBA, R. (2014). A linguagem importa? Sobre performances, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, 43, p. 441-473. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/abstract/?lang=pt>
- BUTLER, J. (2012). **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- CALDERA, A. & BABINO, A. R. (2020) Being a conduit and culprit of white language supremacy: a duo autohistoria-teoría. **TraHs**, 8. Narrativas de maestras (os) y normalistas en el giro decolonial. Recuperado de: <https://www.unilim.fr/trahs>
- CANÁRIO, P. (2024, 30 de julho). **Elon Musk infla rede bolsonarista e mira interesses comerciais do X**. Notícias Uol, Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/04/08/musk-twitter-alexandre-de-moraes.htm?cmpid=copiaecola>
- CARDONA, A. M. A. & ALVARADO, S. V. (2015) Investigación narrativa: apuesta metodológica para la construcción social de conocimientos científicos. **Revista CES Psicología**, 8 (2) p. 171-181. Recuperado de: <https://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/%20article/view/3022>
- CERBINO, M. (2001). Culturas juveniles: cuerpo, música, sociabilidad & género. In: Cerbino, M., CHIRIBOGA C. & TUTIVÉN, C. (orgs.). **Culturas juveniles**: cuerpo, música, sociabilidad & género. Abya-Yala: Convenio Andrés Bello.
- CUP (2021, 02 de novembro). **Agênero, pessoas que não se identificam com gênero nenhum**. Recuperado de: <https://www.instagram.com/reel/CVyTaeDgpO0/?igsh=c3R4eThmanZlaHZy>
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (2011). **O Anti-Édipo**. São Paulo, SP: Editora 34.
- GROSFOGEL, R (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.

Sociedade e Estado, 31(1), 25–49. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, pp.7-41. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

JAMESON, F. (1996). **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, SP: Editora Ática.

JUVI (2023) In Transempregos (2023, 03 de fevereiro). **Pessoas não binárias são pessoas trans?** Recuperado de: <https://www.instagram.com/reel/CoMqQ-DLaA/?igsh=MXVwN3VlbGk4aTdyZg==>

LAU, H. D. (2017). O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias: a voz 'del@s' ou 'delxxs'? Não! A voz 'delus'!. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual, 5. Maringá. **Anais eletrônicos** [...] Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017. p. 1-15. Recuperado de: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>

LEAL, a. C. (2021) **Ex/orbitâncias**: os caminhos da deserção de gênero. São Paulo, SP: Glac Edições.

_____. (2220a) A carcaça trans racializada y a vida. **Casa 1**, Recuperado de: https://www.casaum.org/carcacatrans_abigail.pdf

_____. (2020b) O gênero em quarentena. **Glace Edições**. Recuperado de: <https://www.glacedicoes.com/post/o-g%C3%A3Anero-em-quarentena-abigail-campos-leal>

LEMOS, A. (2014). “Mídias massivas e pós-massivas no fluxo das redes”. Entrevista a Andriolli Costa. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Recuperado de <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5572-andre-lemos>

LYOTARD, J-F. (1986). **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora.

MARTINS, L. M. (2021). **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.

NAGARI, N. (2024, 14 de janeiro). **O que é ser não-binário?** Recuperado de: <https://www.instagram.com/reel/C2FcEtfrT7W/?igsh=N2V3Ym5pbjljeHdx>

NASCK, B. (2023, 04 de julho). **Você acha linguagem neutra necessária?** Recuperado de: <https://www.instagram.com/reel/CuSiUoSLLIZ/?igsh=OTUyamhpZG1objEw>

PERES, W. S. & Toledo, L. G. (2011). Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Psicología Política**, 11(22), p. 261-277, jul-dez. Recuperado: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006

PRADO, J. L. A. (2013). **Convocações Biopolíticas dos Dispositivos Comunicacionais**. São Paulo, SP: EDUC.

PRECIADO, P. B. (2018). **Texto Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica. São Paulo, SP: n-1 Edições.

_____. (2014) **Manifesto contrassexual**. São Paulo, SP: N-1.

RESISTE ENEM (2023, 26 de janeiro). **10 Maneiras de se tornar um aliado**. Recuperado de: https://www.instagram.com/p/Cn4P67EOm7h/?igsh=MTc1czJpb2hqcnM2bA%3D%3D&img_index=1

RINCÓN, O. (2015) Lo popular en la comunicación. Culturas bastardas + ciudadanías celebrities. In Amado, A. e Rincón, O. **La comunicación en mutación**. Remix de discursos. Bogotá: Centro de Competencia em Comunicación para América Latina.

_____. (2016). O popular na comunicação: culturas bastardas + cidadanias celebrities. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 27-49, 2016. Recuperado de: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/5420

- SÁ, S. P. (2016). Somos Todos Fãs e Haters? Cultura Pop, Afetos e Performance de Gosto nos Sites de Redes Sociais. **Revista Eco Pós**, 19 (3). Recuperado de: https://revistaecopos.eco.ufri.br/eco_pos/article/view/5421/3995
- SILVA, A. V. (1984). A semiotização ficcional do discurso. In A. V. Silva, **A semiotização literária do discurso** (p. 56-71). Rio de Janeiro, RJ: Elo.
- SILVA, I. B., OLIVEIRA, N. C. & PEDRA, N. T. (2023). (Des)construindo a mãe: um relato de maternidade homoafetiva. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 45, e61257, 2023. Recuperado de: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/61257>
- SUDANO, I. (2024, 09 de abril). **A invisibilização de agêneros ou de gêneros fluidos**. Disponível em: <https://www.instagram.com/eusudano/>
- TEIXEIRA, T. & CARNEIRO, N. S. (2018) Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género. **ex æquo**, n.º 38, 2018, pp. 129-145. Recuperado de: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2019-01/09-teresa-teixeira-nuno-santos-carneiro.pdf>
- VALENZUELA, A., J. M. (2014). (Coord). **Tropeles juveniles**. Culturas e identidades (trans)fronterizas. Tijuana, Baixa Califórnia: El Colegio de la Frontera Norte/Universidad Autónoma de Nuevo León.
- VERSCHUEREN, J. (2020). Ciências humanas e a esfera pública: uma perspectiva pragmática. **Memorare**, Tubarão, 7(2), mai/ago. Recuperado de: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grutep/article/view/9743/5320